

ESTRATÉGIAS E AVANÇOS NA ADMINISTRAÇÃO

LIÇÕES PARA O SÉCULO XXI



Rodrigo Marques de Almeida Guerra
(Organizador)

 EDITORA
ARTEMIS

2020

ESTRATÉGIAS E AVANÇOS NA ADMINISTRAÇÃO

LIÇÕES PARA O SÉCULO XXI



Rodrigo Marques de Almeida Guerra
(Organizador)

 EDITORA
ARTEMIS

2020

2020 by Editora Artemis
Copyright © Editora Artemis
Copyright do Texto © 2020 Os autores
Copyright da Edição © 2020 Editora Artemis
Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Edição de Arte: Bruna Bejarano
Revisão: Os autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*.
Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial:

Prof.^a Dr.^a Catarina Castro, Universidade Nova de Lisboa
Prof.^a Dr.^a Cláudia Neves, Universidade Aberta de Portugal
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos, Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Eloi Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima
Prof.^a Dr.^a Iara Lúcia Tescarollo Dias, Universidade São Francisco
Prof. Dr. Ivan Amaro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz, University of Miami and Miami Dade College
Prof. Dr. Joaquim Júlio Almeida Júnior, UniFIMES - Centro Universitário de Mineiros
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof.^a Dr.^a Livia do Carmo, Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Luciane Spanhol Bordignon, Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof.^a Dr.^a Maria Aparecida José de Oliveira, Universidade Federal da Bahia
Prof. Dr. Rodrigo Marques de Almeida Guerra, Universidade Federal do Pará
Prof.^a Dr.^a Vanessa Bordin Viera, Universidade Federal de Campina Grande

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E82 Estratégias e avanços na administração [recurso eletrônico] : lições para o século XXI / Organizador Rodrigo Marques de Almeida Guerra. – Curitiba, PR: Artemis, 2020.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-87396-02-6
DOI: 10.37572/EdArt_026240520

1. Administração de empresas. 2. Planejamento estratégico.
I. Guerra, Rodrigo Marques de Almeida.

CDD 658.4012

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422



APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que apresento o livro *Estratégias e Avanços na Administração: Lições para o Século XXI*, composto por sete capítulos que abordam temas transversais relacionados a área de estratégia organizacional. Ao término da leitura, você será capaz de gerar importantes reflexões para o avanço de organizações contemporâneas.

O tema estratégia organizacional tem atraído à atenção de acadêmicos e pesquisadores nacionais e internacionais, principalmente por ser transversal, envolvendo diversas áreas do conhecimento, tais como: marketing, produção, finanças, logística, recursos humanos, tecnologia da informação dentre outros.

(Re)Pensar a organização de modo estratégico, dentro de um cenário contemporâneo, significa compartilhar informações e recursos, desenvolver um ambiente propício à inovação, criar mecanismos de gestão eficientes, além de compreender a importância de capacitar e desenvolver recursos intangíveis, adequando-os ao contexto de (novos) mercados nacionais e internacionais.

O ambiente dinâmico e turbulento não é particularidade de multinacionais e empresas de grande porte, sendo indispensável ao avanço de organizações de pequeno e médio porte, inclusive de gestão familiar. Assim, formular e desenvolver estratégias organizacionais é uma questão de sobrevivência e posicionamento no mercado, uma vez que permitirá nortear as atuais ações empresariais na direção da visão almejada. Para tanto, a organização deve garantir a correta execução do que foi planejado pela alta gestão.

O **capítulo 1**, desenvolvido por Gomes, teve o intuito de apresentar os índices de felicidade interna bruta (FIB), bem como desdobrá-los para a realidade brasileira. Como contribuição, a pesquisa apresenta indicadores úteis para definição de políticas públicas locais. O **capítulo 2**, estruturado por Moretti, teve o objetivo de compreender os indicadores de desempenho chave (KIPs) para o sucesso de restaurantes de pequeno e médio porte (PMEs) localizados em São Paulo. Os resultados contribuem para a escolha de KIPs mais adequados à organização. O **capítulo 3**, de Chaves, Marques e Silva, abordou os aspectos técnicos, econômicos e ambientais da reciclagem de materiais, particularmente do alumínio. Nos últimos anos, o Brasil tem estimulado a reciclagem do metal. Apesar disso, a geração de resíduos ainda é um grande desafio para a indústria brasileira. O **capítulo 4**, elaborado por Silva, analisou a relação entre Investimento Direito Estrangeiro (IDE) e o agronegócio brasileiro. Os resultados indicam que investimentos estrangeiros contribuem para a obtenção de crédito rural para o agronegócio.

No **capítulo 5**, Guerra e Farinha analisaram as dimensões da orientação empreendedora (OE). Os resultados sugerem a existência de três dimensões da

OE, além de gerar novos *insights* e discussões a respeito dos avanços da OE e suas dimensões. No **capítulo 6**, Guerra e Souza investigaram as dimensões *exploration* e *exploitation* em relação ao crescimento em vendas e lucratividade de empresas exportadoras. Os resultados ainda revelam que os recursos tangíveis e intangíveis, posição geográfica e diversidade de conhecimento são fundamentais para o alcance da ambidestria organizacional. O **capítulo 7**, desenvolvido por Castro, teve o objetivo de investigar o impacto do pós-doutorado no trabalho docente. Como contribuição, a pesquisa válida e apresenta um instrumento de coleta de dados aplicado a uma amostra de 978 docentes universitários.

Rodrigo Marques de Almeida Guerra

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
APLICAÇÃO E VALIDAÇÃO DOS INDICADORES DE FELICIDADE INTERNA BRUTA (FIB) EM ÂMBITO MUNICIPAL	
Maria Helena Scalabrin Cardoso Gomes	
DOI 10.37572/EdArt_0262405201	
CAPÍTULO 2	23
O GERENCIAMENTO DE RESTAURANTES PEQUENOS E MÉDIOS EM SÃO PAULO: UM ESTUDO SOBRE KPI's NA PERSPECTIVA DOS GERENTES	
Aline de Godoy Moreira	
Sérgio Luiz do Amaral Moretti	
Paulo Sérgio Gonçalves de Oliveira	
DOI 10.37572/EdArt_0262405202	
CAPÍTULO 3	37
BENEFÍCIOS DA RECICLAGEM DE MATERIAIS – O CASO DO ALUMÍNIO	
Carlos Alberto Chaves	
Sinesio de Almeida Marques	
Wainer da Silveira e Silva	
DOI 10.37572/EdArt_0262405203	
CAPÍTULO 4	51
INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO E O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO: CONSIDERAÇÕES E CORRELAÇÕES	
Sidney Verginio da Silva	
DOI 10.37572/EdArt_0262405204	
CAPÍTULO 5	62
DIMENSÕES DA ORIENTAÇÃO EMPREENDEDORA	
Rodrigo Marques de Almeida Guerra	
Roberta Gizelle Macedo Alves Farinha	
DOI 10.37572/EdArt_0262405205	
CAPÍTULO 6	75
AMBIDESTRIA ORGANIZACIONAL NO CONTEXTO DE EMPRESAS EXPORTADORAS	
Rodrigo Marques de Almeida Guerra	
Iuri Leonan Campos Souza	
DOI 10.37572/EdArt_0262405206	
CAPÍTULO 7	88
INVESTIGAÇÃO DE IMPACTO DO PÓS-DOCTORADO NO TRABALHO DOCENTE: VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS PARA AVALIAÇÃO PERCEPTUAL DO IMPACTO E DOS ANTECEDENTES	
Pedro Marcos Roma de Castro	
DOI 10.37572/EdArt_0262405207	
SOBRE O ORGANIZADOR	107
ÍNDICE REMISSIVO	108

INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO E O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO: CONSIDERAÇÕES E CORRELAÇÕES

Data de aceite: 05/05/2020

Sidney Verginio da Silva

<http://lattes.cnpq.br/7181923377536886>

1. INTRODUÇÃO

O agronegócio pode ser entendido como toda a cadeia produtiva de produtos e bens agrícolas e pecuários. O setor possui grande importância na economia brasileira: na última década, representou em média mais de 20% do PIB nacional (CEPEA, 2017). O Brasil tem recebido destaque da economia internacional por causa de seus resultados no agronegócio, sobretudo pela exportação de seus produtos.

Com isso, e também devido as políticas de abertura da economia a partir da década de 1990, o país tem recebido grandes fluxos de investimento direto estrangeiro (IDE). Se antes o país recebia em média menos de US\$ 2 milhões anuais, o Brasil passou a receber um volume de investimentos crescentes, chegando a marca de mais de US\$ 57 milhões anuais de dólares em 2015. Alguns fatores que podem explicar o aumento de tais investimentos são o baixo crescimento do

mercado doméstico dos países desenvolvidos, crescimento dos países em desenvolvimento (como o Brasil), formação de acordos de livre comércio, além das estratégias de *marketing* global de empresas multinacionais (Greory e Oliveira, 2005).

Mas este crescente investimento estrangeiro no Brasil ajudou o agronegócio a melhorar seus resultados? Para responder esta pergunta, este estudo buscou identificar, por meio de análise estatística, como se dá esta relação. A partir de dados de IDE obtidos do Banco Central e resultados do agronegócio divulgados pelo CEPEA, foi possível analisar a relação existente entre IDE, exportação, importação e operações de crédito do agronegócio. Assim, objetivou-se estudar a relação entre IDE e agronegócio brasileiro, traçando ainda um breve referencial sobre os assuntos.

Para isso, este artigo apresenta, após esta Introdução, uma revisão teórica acerca do IDE e do agronegócio. Em seguida, é apresentado o modelo conceitual teórico do estudo, seguido dos aspectos metodológicos, análise de resultados e considerações finais.

2. REVISÃO TEÓRICA

Esta seção apresenta uma breve revisão teórica acerca do IDE e do agronegócio brasileiro, de forma a elucidar o contexto em que este artigo se insere.

Investimento Estrangeiro Direto (IDE) no Brasil

O entendimento sobre IDE passa por diferentes perspectivas teóricas. Diversos autores têm buscado estudar e explicar os fatores que levam organizações e países em investirem em mercados internacionais. Não cabe aqui uma discussão sobre a aplicabilidade de tais correntes, mas sim, um breve entendimento sobre este fenômeno.

Numa definição mais objetiva, pode-se entender o IDE como fluxos internacionais de capitais, onde uma empresa estabelecida em um país cria ou expande uma subsidiária em outro país (Krugman; Obstfeld, 2005). Desta forma, há aquisição de um ativo (empresa, bens, capital) por uma pessoa ou organização de um país diferente do país que receberá o investimento. Nesse sentido, não há de se pensar somente em aquisições de empresas, mas fusões, incorporações ou controle de propriedade também devem ser entendidos como IDE.

IDE: investimento que envolve uma relação de longo prazo e reflete o interesse e controle duradouro de uma entidade residente em uma economia (investidor direto estrangeiro, empresa origem, afiliada ou coligada), em uma entidade residente em outra economia diferente daquela do investidor estrangeiro, empresa origem, afiliada ou coligada (Larrañaga; Grisi; Montini, 2016).

No IDE, o investidor exerce um significativo grau de influência sobre a gestão da empresa residente (receptora do investimento). Isso envolve o investimento inicial entre as entidades e todas as transações subsequentes entre elas ou entre afiliadas estrangeiras (World Investment Report, 2000 *apud* Larrañaga; Grisi; Montini, 2016).

Sobre as motivações e teorias que cercam o IDE, Vernon (1971, 1979), Hymer (1960, 1976) e Dunning (1981, 1993, 1999) já buscavam explicar os fluxos de IDE sob a perspectiva do comércio internacional e da organização industrial, associadas à teoria do investimento direto estrangeiro. Até então, tais correntes eram estudadas de forma isolada.

O Brasil tem se despontado como um grande receptor de IDE, mas este fluxo nem sempre foi contínuo. Gregory e Oliveira (2005) afirmam que o IDE no Brasil iniciou-se após o fim da segunda guerra mundial, sendo o país um dos maiores receptores da América Latina, até a crise da dívida externa no início da década de 1980, quando o país foi praticamente excluído dos mercados internacionais de capitais. Até o início dos anos 1990, os níveis de ingresso de investimentos estrangeiros no Brasil permaneceram muito baixos e relativamente estagnados.

O cenário passa a melhorar após implantação do Plano Real, em 1994. A

estabilização monetária permitiu a recuperação de um grande mercado consumidor a ser explorado. Foram removidas restrições ao capital privado e outras relacionadas ao capital estrangeiro em setores específicos, tais como os de telecomunicações, petróleo e gás, e tecnologia da informação. O governo Fernando Henrique Cardoso aprovou emendas constitucionais que colocaram fim aos monopólios públicos, permitindo a implementação de um amplo programa de privatização dos ativos federais e estaduais a partir de 1996 (Cepal, 2004).

Em seu estudo, Lacerda e Oliveira (2009) concluem que os principais fatores de atração de IDE para o Brasil, entre 2000 e 2008, foram o tamanho do mercado e a existência de ativos estratégicos e de recursos humanos qualificados. Os Estados Unidos foram a principal origem de recursos e o setor serviços foi o principal destino do IDE no Brasil nesse período.

O Gráfico 1 a seguir apresenta um resumo do IDE no Brasil nos últimos anos:

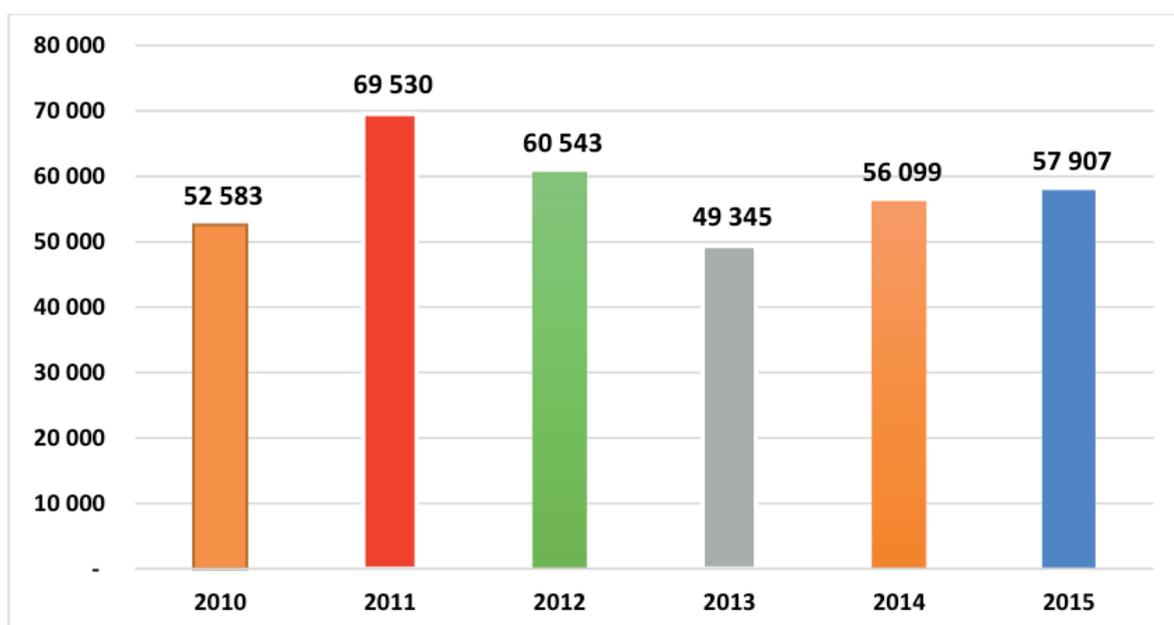


Gráfico 1: IDE no Brasil (em US\$ milhões) - Período 2010 a 2015

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados do Banco Central (2017)

Os dados utilizados neste estudo foram consultados no Banco Central do Brasil (2017), através de censos de capitais estrangeiros para o Brasil. Segundo a classificação utilizada pelo Banco Central, empresas com participação estrangeira são instituições sediadas no país com participação direta ou indireta de não-residentes em seu capital social, que participam com no mínimo 10% das ações ou quotas com direito a voto ou 20% de participação direta ou indireta no capital total.

Um dos setores que também se destaca no recebimento de IDE é o agronegócio brasileiro, que tem se destacado nos últimos anos, sobretudo por sua contribuição para o PIB e superávit da balança comercial (CEPEA, 2017). O contexto do

agronegócio é apresentado a seguir.

O Agronegócio Brasileiro

Gasques *et al.* (2004) definiu o agronegócio como a cadeia produtiva que envolve desde a fabricação de insumos, produção nos estabelecimentos agropecuários e sua transformação, até o consumo.

O conceito de criar animais e cultivar o solo durou até por volta da década de 1960. A partir da mecanização e industrialização da agricultura, que tem gerado crescente dependência da agropecuária em relação ao setor industrial, houve uma nova concepção sobre o agronegócio.

Atualmente, o termo agronegócio envolve um complexo sistema, que inclui não apenas atividades dentro da propriedade rural, mas também atividades de distribuição de suprimentos, armazenamento, processamento e distribuição de produtos agrícolas (Mendes e Padilha Junior, 2007). Isso ainda vai além, pois o agronegócio abrange todos que participam de forma direta ou indireta da cadeia produtiva, envolvendo não somente a produção e distribuição, mas também os órgãos de apoio e fomento, pesquisas, universidades e agências de apoio.

O agronegócio hoje é de suma importância para a economia brasileira. Dados recentes apontam que o agronegócio teve ligeira alta de 0,05% em novembro de 2016, acumulando crescimento de 4,39% na parcial de 2016 (CEPEA, 2017). O **Gráfico 2** a seguir apresenta a participação do agronegócio no PIB brasileiro, nos últimos 6 anos.

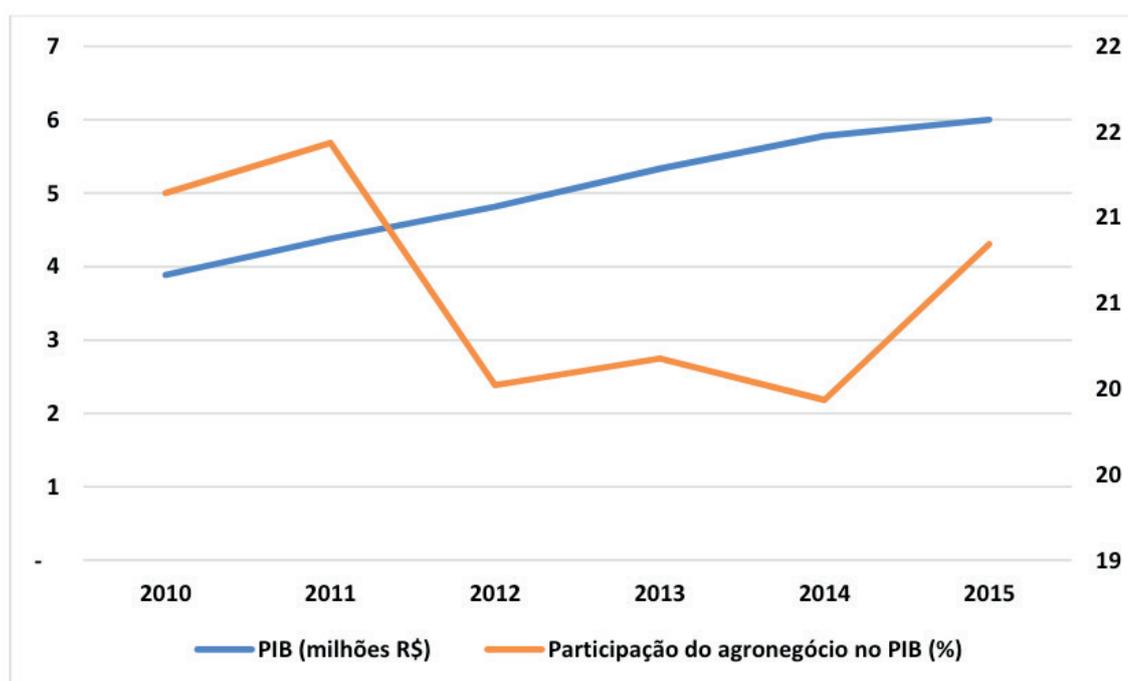


Gráfico 2: Participação do agronegócio no PIB - período 2010 a 2015

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados do CEPEA (2017).

Nota-se que o agronegócio tem tido uma participação média de mais de 20% no PIB brasileiro. Embora o PIB do agronegócio tenha sofrido oscilações nos últimos anos, passando de um crescimento de 8,81% em 2002 até uma redução de 4,39% em novembro de 2016, ele tem contribuído nos últimos anos com superávits na balança comercial, ajudando a contrabalançar déficits em outros setores (AGROSTAT, 2017).

Diante de tais indicadores, tanto do agronegócio quanto de IDE, a pergunta que se coloca é: *há relação entre os investimentos diretos estrangeiros recebidos pelo Brasil e os resultados do agronegócio?* Tal questão começa a ser respondida a partir de agora.

3. MODELO CONCEITUAL TEÓRICO

De acordo com o exposto na revisão da literatura e considerando o problema de pesquisa elaborou-se um modelo conceitual para atingir o objetivo do estudo.

O modelo conceitual elaborado, conforme a Figura1, visa evidenciar as hipóteses do estudo e a relação entre as variáveis de IDE e do agronegócio.

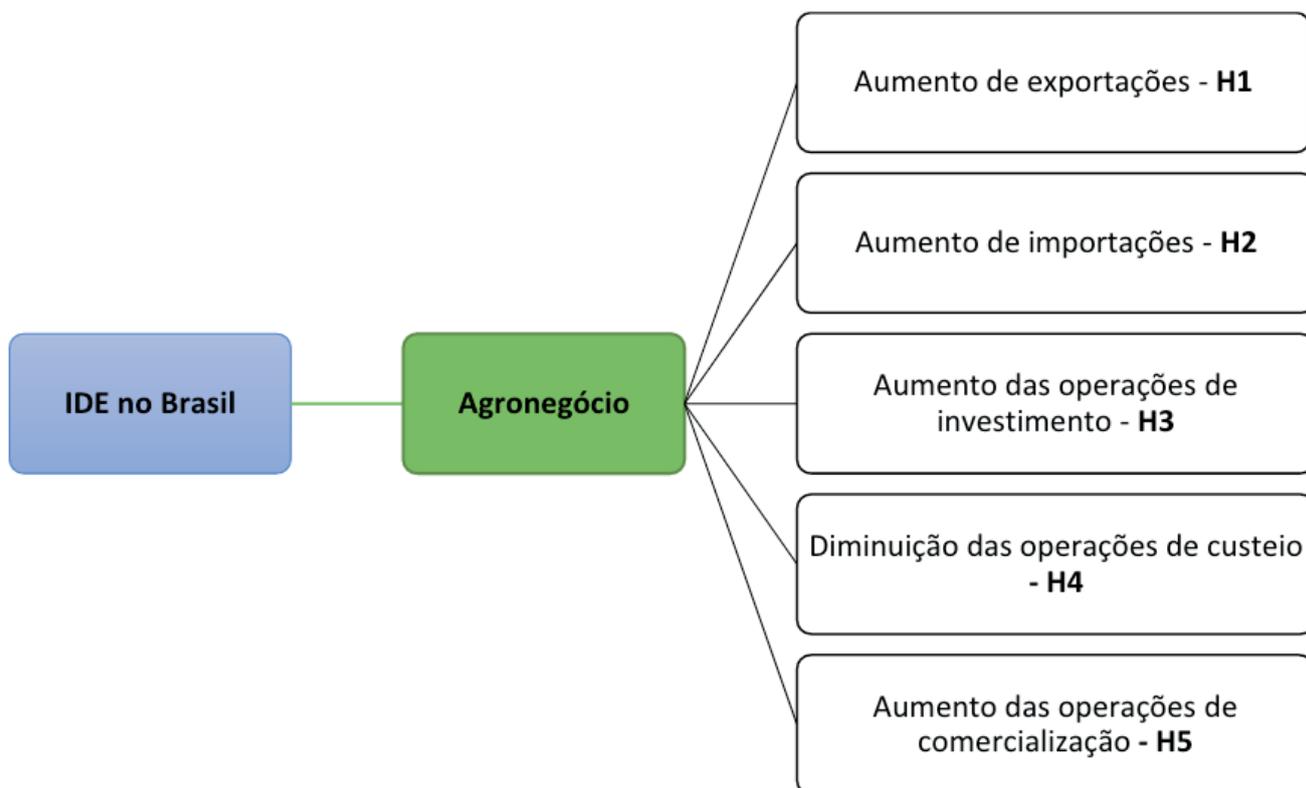


Figura 1: Modelo conceitual e hipóteses

Fonte: Elaborado pelo autor (2017)

As hipóteses elaboradas de forma a atingir o objetivo estabelecido são:

H₁: Há uma relação positiva entre o investimento direto estrangeiro e o aumento das exportações do agronegócio.

H₂: Há uma relação positiva entre o investimento direto estrangeiro e o aumento das exportações do agronegócio.

H₃: Há uma relação positiva entre o investimento direto estrangeiro e o aumento das operações de investimento no crédito rural.

H₄: Há uma relação negativa entre o investimento direto estrangeiro e o custeio das operações de crédito rural.

H₅: Há uma relação positiva entre o investimento direto estrangeiro e o aumento das operações de comercialização do crédito rural.

A seguir apresentam-se os aspectos metodológicos utilizados para validar as hipóteses do estudo.

4. METODOLOGIA

Este trabalho apresenta uma pesquisa de natureza explicativa. Para Gil (1999) as pesquisas explicativas buscam identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos, de forma a explicar a razão, o porquê das coisas.

Em relação à abordagem do problema, a pesquisa possui um viés quantitativo de análise de dados. A abordagem quantitativa,

É aplicada em estudos que investigam a relação de causalidade entre fenômenos e representa a intenção de garantir a precisão dos resultados, evitar distorções de análise e interpretação, possibilitando uma margem de segurança quanto às inferências (Richardson, 1999, p. 70).

O objetivo principal é a busca de um maior conhecimento sobre a influência do IDE no setor do agronegócio, de forma a tentar identificar quais variáveis se correlacionam com o investimento direto estrangeiro.

Procedimentos Metodológicos

Os dados para o estudo referem-se aos valores de investimento direto estrangeiro no Brasil, além de dados de exportação e importação do agronegócio e operações de crédito rural. Todos os dados foram coletados na base de dados do Banco Central, em março de 2017. O Quadro 1 a seguir apresenta a descrição das variáveis utilizadas neste estudo.

Variável	Descrição
IDE_Brasil - IDE	Total de ingresso de investimento estrangeiro direto no Brasil no período, em milhões de US\$
Exportações do agronegócio - EXPO	Total de exportações do agronegócio no período, em milhões de US\$
Importações do agronegócio - IMPO	Total de importações do agronegócio no período, em milhões de US\$
Operações de crédito rural total – OPER_CREDITO	Total dos valores de operação de crédito rural, público e privado, em milhões de R\$
Operações de crédito - custeio – CUSTEIO_CREDITO	Valores de custeio de operações de crédito rural, público e privado, em milhões de R\$
Operações de crédito - investimento – INVEST_CREDITO	Valores de investimento em operações de crédito rural, público e privado, em milhões de R\$
Operações de crédito - comercialização – COMER_CREDITO	Valores de comercialização em operações de crédito rural, público e privado, em milhões de R\$

Quadro 1: Variáveis do estudo

Fonte: Elaborado pelo autor (2017)

Por se tratarem de bases estatísticas de diferentes origens, houve necessidade de eliminar algumas observações das variáveis, de forma a uniformizar todas em uma mesma série temporal. Com isso, os valores utilizados das variáveis apresentadas são mensais, de janeiro de 1996 a maio de 2010, num total de 173 observações.

Os cálculos foram realizados por meio do *Software Statistical Package for the Social Sciences-SPSS*. Para a análise dos dados foi utilizada como técnica estatística a análise de correlação de *Pearson*. A correlação é uma medida numérica que mostra a força da relação entre duas variáveis que representam dados quantitativos (Triola, 2008).

5. ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS

Esta seção apresenta os resultados das variáveis que compõem os resultados do agronegócio no período de 1996 a 2010, numa relação entre tais resultados e o ingresso de IDE no Brasil. Nesse intuito serão apresentados os resultados da pesquisa, por meio da análise de correlação de *Pearson*. Em seguida são apresentados os resultados das hipóteses estudadas em relação aos resultados obtidos.

Análise de Correlação

A análise de correlação mede a associação linear entre duas variáveis quantitativas, indicando o grau em que a variação de uma variável X está associada à variação de uma variável Y (Hair Jr. *et al.*, 1995). A Tabela 1 apresenta os resultados encontrados.

Variáveis	IDE	EX PO	IMPO	OPER_CREDITO	CUSTEIO_CREDITO	INVEST_CREDITO	COMER_CREDITO
IDE	1	0,415**	,379**	,500**	,504**	,485**	,485**
EXPO		1	,476**	,777**	,771**	,767**	,725**
IMPO			1	,537**	,565**	,485**	,626**
OPER_CREDITO				1	,997**	,993**	,864**
CUSTEIO_CREDITO					1	,982**	,874**
INVEST_CREDITO						1	,807**
COMER_CREDITO							1

Tabela 1: Análise de Correlação das variáveis estudadas

Fonte: dados da pesquisa (2017)

** significância a nível de 0,01

Nota-se que há forte correlação entre todas as variáveis estudadas. No entanto, como o propósito deste estudo é analisar indicadores do agronegócio em relação ao IDE, somente as correlações apresentadas na primeira linha da Tabela 1 serão discutidas.

O IDE apresentou, nos dados estudados, correlação positiva com todas as variáveis analisadas. A correlação entre IDE e importações apresentou um valor de 0,379. Isso pode ser explicado pelo fato dos investimentos no Brasil também perpassarem por importações de produtos estrangeiros, como insumos ou tecnologia, para dar suporte à cadeia produtiva do agronegócio. Em relação à exportação, a correlação de 0,415 mostra que os fluxos de IDE no Brasil possuem uma relação direta com o aumento das exportações do agronegócio.

As variáveis relacionadas às operações de crédito rural apresentaram os maiores índices de correlação, com destaque para a variável de custeio de crédito, que apresentou uma correlação positiva - era esperada uma correção negativa entre esta e o IDE. Tal fato pode ser explicado pelo aumento das operações de crédito, que conseqüentemente, acabam por aumentar o custeio de crédito. Esse aumento é explicado pela alta e positiva correlação entre as variáveis operações de crédito e custeio de crédito.

Por fim, percebe-se pelos resultados que um aumento no IDE ocasiona aumento nos resultados do agronegócio, sobretudo, nas operações de crédito rural. Tal fato pode ser explicado pelos investimentos estrangeiros estimularem a busca por opções de crédito para investimentos no agronegócio.

Diante dos resultados encontrados, pode-se estabelecer um comparativo entre o resultado esperado e os resultados encontrados em relação as hipóteses elaboradas (Quadro 2).

Hipóteses	Esperado	Real
H ₁ : Há uma relação positiva entre o investimento direto estrangeiro e o aumento das exportações do agronegócio.	+	+
H ₂ : Há uma relação positiva entre o investimento direto estrangeiro e o aumento das importações do agronegócio.	+	+
H ₃ : Há uma relação positiva entre o investimento direto estrangeiro e o aumento das operações de investimento no crédito rural.	+	+
H ₄ : Há uma negativa relação entre o investimento direto estrangeiro e o custeio das operações de crédito rural.	-	+
H ₅ : Há uma relação positiva entre o investimento direto estrangeiro e o aumento das operações de comercialização do crédito rural.	+	+

Quadro 2: Comparativo entre Resultado Esperado e Real

Fonte: Dados da Pesquisa (2017)

Com o resultado esperado e real, a **hipótese 1 pode ser aceita**, pois o aumento do IDE ocasionou um aumento das exportações do agronegócio, ainda que numa correlação baixa. Em relação à **hipótese 2**, esta também pode ser aceita, já que o aumento do IDE também ocasiona aumento das importações do agronegócio.

A **hipótese 3** pode ser aceita, pois há correlação positiva entre investimento direto estrangeiro e o aumento das operações de investimento no crédito rural. A **hipótese 5** também pode ser aceita, visto que há uma relação positiva entre o investimento direto estrangeiro e o aumento das operações de comercialização do crédito rural.

Por fim, rejeita-se a **hipótese 4**, visto que o aumento no IDE não ocasiona uma redução do custeio das operações de crédito rural. Ao contrário, há uma positiva relação entre as variáveis. Embora a hipótese 4 tenha sido rejeitada, isso não deve ser encarado como um ponto negativo. Os resultados mostraram que os fluxos de IDE no Brasil impactam positivamente nos resultados do agronegócio, respondendo assim à pergunta de pesquisa, pois de fato há uma relação positiva entre IDE e o agronegócio brasileiro, com maior intensidade nas operações de crédito rural. Assim, há de se pensar em novas maneiras de estimular o IDE neste setor.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na década de 1990, principalmente a partir do Plano Real e da política de privatizações do Governo Fernando Henrique, ocorre um aumento nos fluxos de IDE para a economia brasileira. Tais investimentos trouxeram grandes oportunidades econômicas e financeiras para o Brasil, ocasionando fusões e aquisições de empresas, privatizações, abertura de mercado, dentre outros fatos. Desde então, o país tem se destacado como grande receptor de investimento estrangeiro.

Estudos têm sido realizados de forma a identificar os impactos do IDE no Brasil. E nesse ínterim, o presente artigo teve como objetivo complementar tais estudos, de forma a identificar se o IDE influencia de alguma forma o agronegócio brasileiro. Isso porque este segmento tem trazido importantes resultados à economia brasileira. Desta forma, buscou-se determinar se os investimentos diretos estrangeiros possuem relação com o agronegócio brasileiro. Com base em dados do Banco Central, realizaram-se análises de correlação entre o IDE e os indicadores do agronegócio para analisar tal questionamento.

As hipóteses do estudo centravam numa relação positiva entre o IDE e as variáveis do agronegócio, esperando-se uma correlação negativa entre IDE e o custo das operações de crédito. Os resultados confirmaram os pressupostos do artigo, com exceção do custo das operações de crédito rural, que também apresentaram correlação positiva.

Assim, diante dos resultados obtidos, verificou-se que existe uma correlação positiva e direta entre IDE e exportações e importações do agronegócio. O destaque fica na correlação entre o IDE e as operações de crédito rural, possivelmente, pelo fato do IDE possibilitar que haja mais operações de crédito que financiem as atividades do agronegócio.

Este estudo, de intuito exploratório, visou contribuir para as discussões entre investimento estrangeiro e agronegócio brasileiro. As limitações residem no fato das bases de dados disponíveis não serem uniformes em relação à periodicidade nem ao corte temporal (alguns apresentam dados somente até 2010). No entanto, os resultados obtidos abrem novas opções de estudos futuros, como novas investigações sobre o fluxo de IDE para o agronegócio brasileiro e como isso impacta o financiamento, endividamento ou produtividade do setor.

Há de se pensar no agronegócio como um segmento de vital importância para a economia brasileira, uma vez que seus resultados têm contribuído de sobremaneira para o saldo da balança comercial e o PIB nacional. Assim, melhorar e criar novas políticas de estímulo do IDE para o agronegócio pode alavancar ainda mais os resultados do setor e do Brasil na economia internacional.

REFERÊNCIAS

AGROSTAT - Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro. **Balança Comercial do Agronegócio**. Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2017. Disponível em: <http://indicadores.agricultura.gov.br/agrostat/index.htm>. Acesso em 05 mar. 2017.

BANCO Central do Brasil. Banco de Dados. **Investimento estrangeiro direto**. 2017. Disponível em https://www.bcb.gov.br/fis/Consortios/port/consorcio_banco_de_dados.asp?idpai=consorcio. Acesso em 21 fev. 2017.

CEPEA. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. **Pib-Agro Br/Cepea**: Agricultura sustenta PIB agro, que cresce 4,4% de jan a nov/16. 3 mar. 2017. Piracicaba: CEPEA, 2017. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/br/documentos/texto/pib-agro-br-cepea-agricultura-sustenta-pib-agro-que-cresce-4-4-de-jan-a-nov-16.aspx>. Acesso em 06 mar. 2017.

CEPAL. **Investimento estrangeiro na América latina e no Caribe**. Documento informativo, 2004. Disponível em: <http://www.eclac.cl/brasil/default.asp>. Acesso em 05 mar. 2017.

DUNNING, J.H. Globalization and the Theory of MNE Activity. **Discussion Papers in International Investment and Management**, n. 264, Department of Economics, University of Reading, 1999.

_____. **International Production and the Multinational Enterprise**. London: George Allen & Unwin, 1981.

_____, J.H. **Multinational Enterprises and the Global Economy**. Addison-Wesley. New York: 1993.

GASQUES, J.G.; REZENDE, G.C.; VILLA VERDE, C.M.; SALERNO, M.S.; CONCEIÇÃO, J.C.P.R.; CARVALHO, J.C.S. **Desempenho e crescimento do agronegócio no Brasil**. Brasília, IPEA, 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GREGORY, D., OLIVEIRA, M. F. B. A. **O desenvolvimento de ambiente favorável no Brasil para a atração de investimento estrangeiro direto**. 2005. Disponível em: http://www.cebri.org.br/09_visualizapdf.cfm. Acesso em 04 mar. 2017.

HAIR JR., J.F.; ANDERSON, R.E.; TATHAN, R.L.; BLACK, W.C. **Análise multivariada de dados**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HYMER, S.H. **The International Operations of National Firms**. Cambridge: MIT Press, 1960.

_____. **The International Operations of National Firms: A Study of Direct Foreign Investment**. Boston: MIT Press, 1976.

KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional: Teoria e Política**. Porto Alegre: Makron Books, 2005.

LACERDA, A.; OLIVEIRA, A. **Influxos de IDE no Brasil, uma análise da desnacionalização da estrutura produtiva nos anos 2000**. PUCSP Eletrônica. 2009.

LARRAÑAGA, Félix Alfredo; GRISI, Celso Claudio de Hildebrand E.; MONTINI, Alexandra De Ávila. Fatores competitivos que afetam a decisão de investimento direto estrangeiro no Brasil. **RAM, Rev. Adm. Mackenzie**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 112-134, fev. 2016.

MENDES, Judas Tadeu Grassi; PADILHA JUNIOR, João Batista. **Agronegócio: uma abordagem econômica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

TRIOLA, Mário F. **Introdução à Estatística**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

VERNON, R. Foreign Trade and Foreign Investment: Hard Choices for Developing Countries. **Foreign Trade Review**, jan.-mar., 1971.

_____. The Product Cycle Hypothesis in the new International Environment. **Oxford Bulletin of Economics and Statistics**, v. 41, p. 255-67, nov. 1979.

SOBRE O ORGANIZADOR

RODRIGO MARQUES DE ALMEIDA GUERRA: Doutor em Administração pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Brasil, com Ampla Associação com a Universidade de Caxias do Sul, UCS, Brasil (2017). É Mestre em Engenharia de Produção (2005) pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Especialista em Gestão da Qualidade e Produtividade (2002) pela UFPB, Especialista em Logística Empresarial (2003) pela Universidade Potiguar (UNP) e Graduado em Administração (2001) pela UFPB. Atualmente, é docente e pesquisador do PPGAd - Programa de Pós-Graduação em Administração da UFPA (Universidade Federal do Pará) e líder do grupo de pesquisa GESCOM – Estratégia e Competitividade em Organizações da Amazônia. Tem interesse pelos seguintes temas: Estratégia organizacional, Empreendedorismo e Inovação, Ambidestria organizacional, Desempenho da firma e Internacionalização de empresas em mercados emergentes.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Administração 1, 2, 9, 13, 19, 25, 29, 33, 34, 35, 36, 42, 62, 68, 72, 73, 75, 84, 85, 86, 95, 103, 104, 107

Agronegócio Brasileiro 51, 52, 53, 54, 59, 60

Ambidestria Organizacional 73, 75, 76, 77, 82, 83, 84, 85, 87, 107

Antecedentes 88, 89

B

Bem-estar 1, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 14, 16, 17, 20, 21, 22

C

Coleta de dados 28, 29, 66, 67, 70, 80, 82, 88, 89, 93

Crescimento em vendas 75, 76, 77, 79, 80, 82, 83, 84

D

Desenvolvimento sustentável 37, 40, 41

E

Empresas Exportadoras 66, 75, 76, 77, 80, 83, 84

Estratégia 25, 35, 36, 62, 63, 72, 73, 75, 83, 84, 96, 107

Exploitation 75, 76, 77, 78, 80, 82, 83, 84, 85, 86

Exploration 75, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 86

Exportação 51, 56, 58, 68, 87

G

Gerenciamento 23, 24, 25

Gerenciamento de Restaurantes 23

I

Impacto 27, 33, 68, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 102, 103, 104

Impacto do pós-doutorado no trabalho docente 88, 102

Importação 38, 49, 51, 56

Internacionalização 83, 84, 107

Investimento direto estrangeiro 51, 56, 59, 61

L

Lucratividade 29, 33, 75, 76, 77, 79, 80, 82, 83, 84, 86, 87

O

Organizações 4, 25, 27, 36, 52, 63, 64, 65, 66, 73, 77, 78, 83, 84, 86, 103, 104, 107

Orientação Empreendedora 62, 63, 64, 65, 66, 70, 72, 73, 74, 85

P

Pequenas e médias empresas 35, 36

Políticas Públicas 1, 4, 7, 9, 11, 13, 20

Q

Qualidade de vida 1, 5

R

Reciclagem de alumínio 44, 45, 47, 48, 49

Reciclagem de materiais 37, 42, 43, 50

Restaurantes 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 33, 34, 35, 36

T

Trabalho Docente 88, 89, 91, 92, 94, 102, 103

Tratamento de resíduos 37, 46



**EDITORIA
ARTEMIS
2020**